

INTERSECCIONALIDADES EM BRASIL E ÁFRICA (PALOP) NA DECOLONIALIDADE DOS CORPOS: GÊNERO, RAÇA, SEXUALIDADES E ESPORTE

Ineildes Calheiro¹

RESUMO

Com o objetivo de, através dos corpos e esporte refletir sobre decolonialidades e descolonização do pensamento, bem como na desmistificação brasileira concernente aos países africanos, esse estudo, teórico-metodologicamente fundamentado em gênero, raça/etnia e sexualidades negras, apresenta resultados de pesquisa de pós-doutoramento (em andamento) tendo o esporte como um (novo) campo científico de subversão de gênero, sexualidades e combate ao racismo no Brasil e, em países africanos como campo de luta nacional e ressignificação da tradição, relacionadas as limitações e submissões de gênero. A população estudada são as mulheres africanas da UNILAB e o método é de intervenção, com observação e entrevistas, fazendo comparação. Sendo o esporte uma esfera desafiadora e em especial o futebol, por ser, no Brasil, um lugar de macho, androcêntrico, heterossexual e branco, e em países africanos do PALOP é androcêntrico e heterossexual, mas, também é um meio de resistência e combate ao racismo, sexismo e homofobismo. Nos resultados, foi detectado países africanos sem experiências internas com o racismo (através das entrevistas), e pontua-se a inclusão de negrxs (políticas afirmativas) no Brasil como uma importante estratégia de erradicação do racismo (no futuro), juntamente com o fortalecimento da discussão racial. Dentre as categorias estudadas o sexismo é presente em todos os países do estudo e o esporte se apresenta como bandeira de inclusão de gênero, no entanto, destes países analisados o racismo aparece como problema exclusivamente brasileiro e que não se erradicou.

Palavras-chave: Interseccionalidade, Decolonialidade, Esporte, Sexualidades, Brasil/África.

1 Pós-doutoranda (UNILAB/FUNCAP/CNPq-c) em Humanidades na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia afro-brasileira - CE; Dra. Em Difusão do Conhecimento (DMMDC/UFBA); Mestra em Pós-crítica (UNEB); Especialista em Estudos e Representações africanas (UNEB); Licenciada em Educação Física (UNIME), ildafrica@yahoo.com.br. Bolsita CNPq e FUNCAP. Esse artigo é resultado do projeto de pesquisa pós-doutoral (em desenvolvimento).

INTRODUÇÃO

O presente texto objetiva refletir sobre decolonialidades e descolonização do pensamento, através do esporte e desmistificar conhecimentos estereotipados concernentes aos países africanos focalizando questões raciais, corresponde a resultados de pesquisa (pós-doutoral/em desenvolvimento) do Projeto intitulado “Descolonize-cis, interseccionalidade no esporte em Guiné-Bissau: LGBTQIA+, gênero e trabalho”, iniciado em 2022, incluindo outros países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP).

A pesquisa se deu a partir de minha entrada no curso de Especialização em “Estudos e representações africanas” na Universidade Estadual da Bahia (2020-2021), utilizou o método de intervenção, obteve resultados importantes e produtos, como: Um seminário Internacional em interseccionalidades entre Brasil e África (em 2021) e um livro e-book (2023), e se justifica pelo fato de, em minha trajetória acadêmica me esbarrar com a falta de estudos africanos com abordagem de corpos, gênero, raça/etnia, sexualidades e esportes em países do PALOP. E com as brechas e possibilidades que surgiram na pesquisa anterior, dei seguimento a fim de aprofundamento, adentrando ao pós-doutoramento.

O recorte apresentado neste estudo centrar-se-á no filme “BARBRAS” – uma produção artística, científica e tecnológica, produzido nesta pesquisa, que ainda se desenvolve. Embora o filme mostre as narrativas a respeito das vivências das mulheres africanas no Brasil/UNILAB correlacionando com questão de gênero/sexualidades, raça, integração e esportes, comparando com o Brasil, delimita-se exclusivamente as abordagens raciais.

Desta maneira, esse texto, utilizando vozes africanas, limita-se a discutir e a responder questão de raça/etnia e racismo nos países do estudo. Exclusivamente pautado nas falas das interlocutoras visa responder se há racismo na África (PALOP) e como se dá a relação étnico-racial nestes países. Tais conceitos fazem parte da pesquisa que manteve o método de intervenção, utilizando entrevistas e observações faz comparações, sobretudo com o Brasil.

METODOLOGIA

Esta pesquisa de pós-doutorado (2002-2025) é continuidade da anterior – de Especialização (2020-2021), aprofundando-a, na qual, de caráter de intervenção foi realizado um seminário internacional (remoto) em Interseccionalidades em África e Brasil com os países: Angola, Guiné-Bissau, África do Sul e Brasi. Foi produzido a monografia analisando as Conferências das mesas e estudos traduzidos

a respeito de sexualidades e queer na África. Com muitas questões apontadas, dei seguimento para aprofundá-la, iniciando através de Edital no Estado do Ceará, FUNCAP/CNPq, sendo selecionada para a pesquisa de interiorização na UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia afro-brasileira.

A metodologia está fundamentada em epistemologias alternativas, através de estudos africanos e queer, raciais e de gênero, com o método de intervenção, entrevistas e observações. Foram realizados cursos, debates e atividades esportivas como estratégias metodológicas. As entrevistas ocorreram por meio de eventos esportivos, durante o mesmo, sendo filmados, gravados e fotografados. Com a população composta por sujeitas de origem africana do

PALOP, estudantes da UNILAB, sendo inclusa 02 brasileiras, perfazendo um somatório de 10 interlocutoras, 09 são mulheres-cis² e 01 queer/trans-homem.

Exceto este último (pan-sexual), uma moçambicana e uma brasileira (ambas heterossexual), não foi possível saber a orientação sexual das demais — não autodeclaradas. As entrevistas foram consentidas e autorizadas de acordo com a ética. Vale frisar que a pesquisa tem o caráter de interiorização, no entanto, a população é de origem africana, e para dar conta dos objetivos foi importante realizar duas etapas in loco: uma no Brasil e uma na Guiné-Bissau.

Com escassez nos estudos desta temática o recurso metodológico de intervenção e a ida ao país africano se deu a fim de dar robustez a pesquisa e obter afinco nos resultados, conchendo mais das culturas, ampliando as informações, o que justifica que a pesquisa teve deslocamento territorial, no entanto, as atividades ocorreram nas duas etapas. E neste recorte o destaque será dado a primeira, realizada em Acarape (interior do Ceará) obtendo um filme como resultado que será destacado, a fim de responder a respeito de raça/etnia, racismo e a relação com o Brasil.

Através do festival de jogos realizados, se deram as entrevistas pautando estes temas incluindo a integração. Com estes dados foi produzido um filme/documentário, dirigido por quem vos escreve e lançado em alguns espaços seguidos de debate.

2 O conceito “cisgênero” relaciona-se ao cissexual, são termos utilizados para se referir às pessoas cujo gênero é o mesmo que o designado em seu nascimento (JESUS, 2012, p.14).

A RESPEITO DE INTERSECCIONALIDADE NA ÁFRICA: GÊNERO, RAÇA E CLASSE

Quando iniciei no mundo da pesquisa inserindo o conceito de interseccionalidade em gênero, raça, classe e sexualidades, criado por intermédio do feminismo negro (Crenshaw, 2002), notei a sua relevância em termos de compreensões e resultados, considerando o conceito como teoria e método e a cientificidade do “ponto de vista” (Nogueira, 2017). Na tentativa de incluir o conceito de território articulando com gênero, raça e sexualidades em Brasil e África, observei a escassez de estudos com tais temáticas nestes países, exceto o debate e tensionamento crescente a respeito da igualdade de gênero na África (Calheiro; Oliveira, 2018). Mais recentemente surgiu alguns textos traduzidos a respeito de queer/LGBTQIA+ no continente africano, bem como, algumas pesquisas (Calheiro, 2023), no entanto, em se tratando dos países do PALOP a escassez é alarmante. Quando o assunto é gênero, esporte e sexualidades a falta de estudos é ainda maior. De forma que não encontrei.

O conceito de interseccionalidade e raça é um debate escasso no continente e quando aparece é de forma complexa, sem nos dar uma compreensão que justifique a falta dessa discussão em grande parte dos países africanos. Com esse desejo e compromisso com a causa me inclinei a pesquisar o assunto, ciente dos percalços em termos de fundamentação teórica. A ausência do debate se justifica, devido a raça ser conceito colonial (Oyěwùmí, 2021), etnia não é uma questão de cor, mas, de línguas, culturas etc., (Munanga, 2006; Vinhas, 2014).

A respeito do conceito de interseccionalidade, na África, não é abrangido por pautar-se prioritariamente em raça e classe, duas variáveis que não são propriedades do contexto africano – o capitalismo não é a única forma de economia (Furtado, 2012), a força é a ravidância³, na qual as mulheres têm grande influência (Rocha, 2017). Os estudos africanos assinalam que as culturas do continente são complexas, sendo importante um conhecimento de África na perspectiva dos/as próprios africanos/as (Houtondji, 2008). As entrevistas são importantes.

Destacado como uma esfera desafiadora e um novo campo de conhecimento interseccional, o esporte, especialmente o futebol, no Brasil é um setor de macho, androcêntrico, heterossexual e branco. No outro extremo, é também um meio de observar níveis de racismo, sexismo e homofobismo, sendo o racismo presente

3 O termo significa o comércio livre, trabalhos informais. Em Guiné-Bissau também é conhecido como bideiras e as mulheres são maioria.

nesta sociedade e potencializado no esporte, nos megaeventos e mais no futebol o esporte nacional (Santos, 2021).

O racismo afeta ainda mais as mulheres negras, vítimas da múltipla opressão, como discute o feminismo negro e as teóricas destas epistemologias (Gonzalez, 2020; Hooks, 2015), juntamente com os estudos de gênero na África tais conhecimentos promovem a decolonialidade por meio da descolonização do pensamento, uma vez que a formação da identidade nacional no Brasil visava o embranquecimento da sociedade (Munanga, 2006). É também um processo de imposição, violência e para a negação da identidade negra.

Ao refletir sobre o racismo no Brasil e nas formas de erradicá-lo, as políticas afirmativas e a lei 10.639/03 que visa o estudo étnico-racial e africano, sendo anterior aos anos 2000 (Silva, 2017) tem sido importantes estratégias de inclusão e combate ao racismo, uma vez que muitos países haviam adotado tais políticas, antes do Brasil (Carneiro, 2011). Estas ações buscam inclusão, valorização racial, autoafirmação e impedem a negação de si (negro).

Os conhecimentos de África no Brasil é por meio de mitos negativos e estereótipos putados na teoria do racismo científico. Sendo considerados atrasados, sem evolução. Este conhecimento tóxico requer transformação. Conforme frisam os estudos comprometidos com a valorização do continente africano e autores/as de origem africana estudiosas/os do tema a África não é um único país, é um continente com mais de cinquenta países, com epistemologias próprias, e por isso, a nigeriana Adichie (2019) afirma que a história única é perigosa, tratando do eurocentrismo.

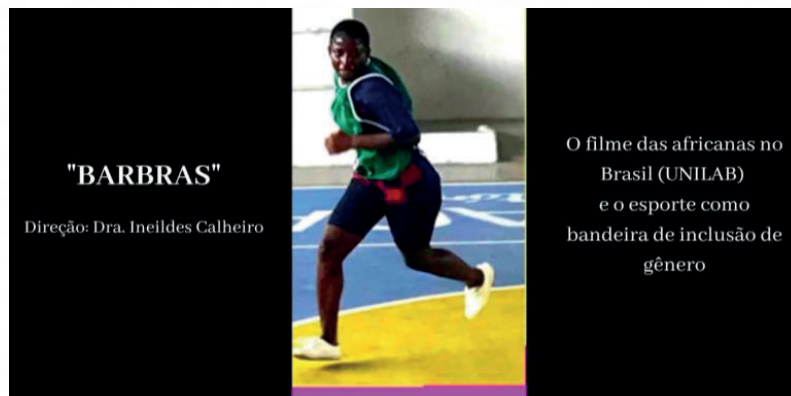
O esporte, em especial o futebol no Brasil, é um importante meio para discutir gênero, sexualidades e raça/racismo, assuntos tabus na África PALOPs, através do qual foi feito este estudo e se “abriu o jogo” dando a saída de bola, o chamado “pontapé inicial” (conforme a regra deste esporte). Na parte que segue destacam-se abordagens a respeito de raça e gênero em países africanos, resgatando as vozes de mulheres cis e queers, utilizando o esporte como um meio.

BARBRAS – O FILME DAS VOZES AFRICANAS NO BRASIL: GÊNERO E RAÇA ATRAVÉS DO ESPORTE

Recortando exclusivamente a temática étnico-racial e o racismo, esse debate inicia com as falas que estão presentes no filme, resultado da pesquisa, produzido em 2023 e lançado em julho e agosto. A imagem/capa é de uma interlocutora de Guiné-Bissau. Não atleta, participante da pesquisa como apreciadora

dos esportes. Seleccionada como modelo, através de uma seleção criteriosa, com base em estética e perfil de jogadoras africanas.

Figura 1. Capa do filme⁴



Fonte: acervo pessoal/ imagem do filme dirigido pela pesquisadora.

O nome do filme se deu pela seguinte razão: um caso de exclusão de gênero que ocorreu na Zâmbia, em 2022. A “Jogadora é excluída da Copa Africana por não comprovar gênero em exame”, reprovada no que chamaram de “teste de gênero”⁵ e remete a três grandes questões: “braba” - a fim de discutir os estereótipos dado as mulheres negras e africanas; “bárbara” - voltado para a historiografia da tradição de guerreiras africanas; e questão diretamente ligada as exclusões das atletas fora dos padrões de gênero, retratada no nome da atleta excluída.

A saber se há racismo nos países do PALOP e, verificando como se dá a relação étnico-racial, descrevo os depoimentos de africanas de Guiné-Bissau, Angola, São Tomé e Príncipe, se trata de vozes das interlocutoras falando dessa complexidade racial. Vale ressaltar que todas são negras de tez preta, algumas de tonalidade mais clara.

Guiné-Bissau

Na minha opinião, eu nunca sofri o racismo no meu país. Nunca vi alguém sofrer racismo no meu país – na Bissau. Eu conluo que mesmo que exista não tem muito. Porque se a coisa não é muito falamos que não existe. Eu acho que não existe. (Mia. Entrevista em 12/2022).

Eu particularmente nunca sofri racismo na Guiné-Bissau. Como você (a pesquisadora) acabou de dizer, mulheres negras aqui no Brasil sofre

4 A capa do filme “Barbra” montagem do prof. Demba Sanha da Radio Quelelé de Guiné-Bissau, e a imagem foi autorizada pela colaboradora participante da pesquisa.

5 Raphael Costa. Futebol: Jogadora é excluída da Copa Africana por não comprovar gênero em exame. <https://www.metropoles.com/esportes/futebol/jogadora-e-excluida-da-copa-africana-por-nao-comprovar-genero-em-exame>. 06/07/2022. Acesso em fevereiro de 2023.

*racismo. Na Guiné-Bissau, a maioria das mulheres são pretas, quase todas são negras. Tem aquelas de pele mais clara, e outras de pele mais escuras. No entanto, sofrer racismo como acontece aqui no Brasil, nunca vi e nunca sofri. Então, eu considero que não existe. Não é estruturado. **Os homens têm mas preferência por mulheres de pele mais clara.** Talvez podemos pensar que tem racismo nessas situações específicas, mas não é estruturado. Mas o racismo que a gente vivencia aqui no Brasil, que agente ver como acontece, nunca vi na minha terra. Na Bissau. E nunca sofri o racismo. (Arte. Entrevista em 12/2022).*

Não há racismo na África, elas dizem. E narram demonstrando o choque que levam ao se depararem com o racismo estrutural no Brasil relatando a força do racismo neste país.

Angola

*É... a questão dos vizinhos, às vezes você tá a passar ou senta fora, eles sentando fora, saem. Voltam pra dentro, você fica sentado fora. Quando você volta, eles voltam pra fora de novo. E eu fico assim, qual é a lógica? Eu apenas sentei e sai fora, sentei. Não tem lógica de saírem do meu lado, também não fiz nada, não ofendi, nem nada. **No supermercado** tem sempre aquele de estarem atrás de ti, porque africano é gatuno e tal, ladra, e fica sempre atrás de ti, com medo de roubar alguma mercadoria, sendo que, não é pra isso que a gente veio aqui. Não é assim que a gente é. (Nunu, Entrevista em 12/2022).*

Com a interlocutora seguinte, São-tomense, aparece a questão da interseccionalidade⁶ quando enfatiza as múltiplas categorias sociais que vivencia no próprio corpo: raça/cor (exclusivamente no Brasil), sexualidade. Sendo transgênero, como se autodeclarou. Vejamos:

*Eu... em São Tomé e Príncipe eu nunca presenciei nenhum caso de racismo, não, pelo menos no meu país não. Mas, aqui... Aqui ó... Desde que a gente chega aqui, tem pessoas que chega e até quer tocar pra ver se a cor é de verdade, quer mexer no teu cabelo pra ver se o cabelo é mesmo de verdade. E eu tenho dreads, então, eles têm muita curiosidade pra saber, como, se é meu cabelo, se eu coloquei aplique, ou quê que eu coloquei. E aqui é muito pesado, pelo menos pra mim, é muito mais pesado pra mim **porque as pessoas olham pra mim e ficam um pouco confusa.** Aí então pra mim pesou muito. Eu já sofri aqui nessa cidade, em Fortaleza em shoppings, você entrando **no shopping e o segurança te seguindo***

6 Com base em autoras do feminismo negro (CRENSHAW, 2002) esse termo visa conceituar as categorias de opressão integradas: gênero, raça e classe (e +) dando atenção especial a raça, invisibilizada no feminismo hegemônico.

o shopping inteiro, tipo, você tá roubando algo. Aqui é muito duro ...
(Villa, 01/2023).

Sendo homem-trans e pansexual, Villa, ao destacar que “*pelo menos pra mim é muito mais pesado, porque as pessoas olham pra mim e ficam um pouco confusa*”, nos remete à múltipla opressão (Gonzalez, 2020) com as categorias interseccionadas no próprio corpo: gênero, raça e sexualidades (Lorde, 2019), queer africano. Ao destacar a raça como mais uma categoria de opressão vivenciado compara com o Brasil: “aqui é muito duro!”. E ao relatar que aqui “*tem pessoas que chega até querer tocar pra ver se a cor é de verdade, quer mexer no teu cabelo...*”, tudo indica se tratar do desconhecimento dos brasileiros a respeito de África com conhecimento a partir de mitos pautados em estereótipos, pois, Villa tem o tom de pele mais claro, de forma que, no Brasil pode ser comparado com a cor parda, e possui um belo cabelo de dreads. Sua imagem por si só desmistifica as representações africanas. Negro claro e queer na África negra é assustador?

Guiné-Bissau

Não sei se vou confundir racismo com tribalismo. Como disse minhas colegas, a questão do racismo, quando uma pessoa de tom de pele se acha superior a outra, é difícil de ver. Porque quase todos tem o mesmo tom de pele. Mesmo que a outra tenha o tom de pele diferente, não é tão diferente. Por isso acho que existe mais é tribalismo. Porque Guiné Bissau é um país composto por muitas etnias, e há etnias que se acham superior a outra. (Rei).

Racismo como superioridade de uma raça sobre a outra não é o conceito a ser adotado na África PALOP, porque o conceito étnico aparece com força nas entrevistas. Quando me preocupa a raça as interlocutoras assinalam a etnia, que tem força em linhagem, ancestralidade e abrange um conjunto de elementos identitários (Furtado, 2012). Mas, as disputas internas na modernidade é um fator importante. Wagner Vinhas (2014) nos apresenta os problemas das organizações sociais africanos gerados por questões étnicas e a interlocutora Rei nos remete ao tribalismo, que tem relação com guerra entre tribos. Uma questão de tradição que define a superioridade de um povo. Nesse caso, não se trata de guerra racial, mas, guerra étnica.

Apresento um “bate papo” científico sobre o tema entre mim, a pesquisadora (I.C) com duas guineenses estudantes da UNILAB/CE e interlocutoras da pesquisa (Diá e Clau). Essa conversa registrada em vídeo (presente no filme) se deu através de uma visita realizada antes de minha ida á Guiné-Bissau, a convite delas para experimentar uma comida guineense – Caldo de Mancara e o resultado foi: uma confusão étnico-racial. Confusa com essa questão em países africanos, que em

muito difere do Brasil, e querendo informações que contribuísse na minha relação por lá, estando perto de viajar, perguntei com ansiedade: “O que é que eu vou ser lá pelo amor de Deus? Negra?”. (I.C.)⁷.

— Sim. Se a pessoa não te ouvir a falar, não vai pensar que você é brasileira. (Diá).

— Ah! Vai pensar que eu sou africana? (I.C.).

— Sim, porque tem pessoa de pele mais clara que você. da Etnia fula, tem também outras etnias. (Diá).

— Ah! É pelas etnias a cor? (I.C.).

— Quando você ver alguém mais clara, você imagina que ela é de qual etnia? (I.C.).

— Fula. (Diá).

— Fula ou balanta, são mais claros (Clau).

— Mas Balanta é muito raro – Fulas é assim. (Diá).

Fula ou Balanta tem a tez mais clara. Afirmam. Eu poderia ser confundida com uma dessas etnias, e ambas seriam a meu favor, em termo de valorização. Por outro lado, ainda não sabia se, pela característica do tom de minha pele preta e cabelos crespos (apesar das guineenses me verem como mais clara), como eu seria realmente comparada. “Fula é mais claro” – não me encaixa. “Balantas são ainda mais claros”, mas é raro, também não me encaixa. E as demais etnias, não foram citadas. O fato é que, ao saber que eu não corria o risco de sofrer racismo, por “não ter racismo em Guiné-Bissau”, já me deixou feliz.

Ao chegar no país, de fato, não sofri racismo como sofro no Brasil, mas, quando eu não era confundida com caboverdeana (de Cabo Verde) eu era só mais uma africana de menor valor. E se eu não gritasse: “sou brasileira, só vir conhecer o país!” não teria minha máquina de gravar e fotografar (celular) de volta, tomado pela segunda vez, pela polícia. Desta vez foi grave: ao filmar uma multidão de rapazes tomando porrada de cacete, da polícia, por não ter bilhete para assistir o jogo, e ao tentar adentrar ao reformado Estádio no final do jogo masculino da CAF entre Guiné-Bissau x Nigéria⁸ o espancamento da polícia tão preta à juventude igualmente preta me surpreendeu. Me senti no Brasil.

7 Esse debate se deu numa vista em casa de duas guineenses da UNILAB em janeiro de 2023 e que suprimo os nomes reais. Encontro combinado para um almoço Guineense – caldo de mancara, o qual virou cena do filme.

8 Tive a honra de pegar a competição africana e assistir este jogo de seleções masculinas, fazendo observações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo mostrou que o esporte é um excelente meio de análise de categorias de opressão e surge como um (novo) campo científico de subversão de gênero, sexualidades e raça. E neste estudo o esporte descoloniza, refletindo sobre decolonialidades e descolonização do pensamento, desmistificando fatores culturais do conhecimento brasileiro, concernente aos países africanos a respeito de questão de raça/etnia, a partir de relatos. Nesse assunto a complexidade é presente visto nos depoimentos que mostram que as diferenças e valores africanos não estão na polaridade de raça/cor, como é a realidade da cultura brasileira, mas, sim, a etnia.

Em consonância, os três países africanos do estudo, dizem: Não há racismo! Porém, aparece nos relatos um simples adendo complementando a fala: “os homens escolhem mulheres de pele mais clara” (uma voz guineense); Fula ou Balanta são mais claros (Revela outra vozes guineenses); não vamos confundir racismo com tribalismo! (uma terceira voz guineense explicando as diferenças de valores étnicos). “No meu país não!” (corroborando o são tomense), mas no Brasil, “oh... aqui... é muito duro!”.

Apesar de “não haver racismo na África dos PALOPs”, é preciso uma análise mais apurada. Observar se as guerras tribais e se as valorizações são mais destinadas às etnias mais claras, ou se isso não importa. Além disso, muito difere do Brasil o ínfimo percentual de brancos nestes territórios (não quantificado neste estudo) e pode ser um fator de não desenvolvimento do racismo interno, devido não haver quantitativo branco para disputas sociais entre negros e brancos. Outro ponto importante, é saber se os brancos destes países vivem nas mesmas condições sociais que os negros.

Por fim, o esporte se apresenta como importante método de estudo e bandeira de inclusão de gênero, e, destes países analisados o racismo aparece como problema exclusivamente brasileiro e que não se erradicou. No geral, em termos de racismo estrutural os países africanos não apresentaram experiências internas com o racismo. Se comparado com Brasil, a realidade muda: “*oh... aqui... é muito duro!*”.

AGRADECIMENTOS

À UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia afro-brasileira. À FUNCAP – Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico

e Tecnológico. AO CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Às interlocutoras de origem africana que cederam as entrevistas. Às supervisoras: Dra. Larisa Gabarra e Natalia Cabanillas.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CALHEIRO, Ineildes. **Corpos, gênero, sexualidades e raça no esporte na África: a crítica queer/LGBTQIA+ africana e a interseccionalidade. (E.Book)** Ponta Grossa – PR: Atena Editora, 2023.

CALHEIRO, Ineildes. “BARBRAS”. O filme das africanas no Brasil/UNILAB: a interseccionalidade na África/PALOP e o esporte como bandeira de inclusão de gênero/raça. Canal youtube: Interseccionalidade e esporte. Brasil-África. Disponível em: <https://youtu.be/Hmd2fXLYYqA>. 29 de jun. de 2023.

CALHEIRO, Ineildes.; OLIVEIRA, Eduardo David. Igualdade ou desigualdade de gênero na África? Pensamento feminista africano. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**. Porto Alegre, v. 3, n. 6, Jul./Dez, p. 93-110, 2018.

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011. CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, ano 10, p. 171-188, 1/2002.

FURTADO, Claudio Alves. Raça, classe e etnia nos estudos sobre e em Cabo Verde: as marcas do silêncio. **Afro-Ásia**, v. 45, p.143-171, 2012.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: RIOS, F.; LIMA, M. (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOUTONDJI, Paulin Jidenu. Conhecimento de África, conhecimento de africanos; duas perspectivas sobre os estudos africanos. 2008. **Revista crítica de Ciências Sociais**, 80, p. 149-160, 2008.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 16, p. 193-210, 2015.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília: Autor, 2012.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider: ensaios e conferências**. Tradução: Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

NOGUEIRA, Conceição. **Interseccionalidade e psicologia feminista**. Salvador, Bahia: editora Devires, 2017.

OYĒWŪMÍ, Oyèrónke. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

ROCHA, Eufêmia Vicente. Mobilidades e Gênero: deslocamentos e fronteiras na rabidância em Cabo Verde. In: Gomes, Patrícia; Furtado, Cláudio (Org.). **Encontros e desencontros de lá e de cá do Atlântico: mulheres africanas e afro-brasileiras em perspectiva de gênero**. Salvador: EDUFBA, p. 65-87, 2017.

SANTOS, Ineildes Calheiro dos. **Nem mulheres, nem negrxs, nem queer of colour (QOC) na liderança do futebol brasileiro!: a interseccionalidade no esporte**. 215f. Tese de Doutorado (Difusão do Conhecimento/DMMDC). Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Ba, 2021.

SILVA, Ana Celia da. **Retrospectiva de uma trajetória de ações afirmativas precursoras à Lei nº 10. 639/03**. Salvador: Hetera, 2017.

VINHAS, Wagner. **Revisitando questões irreduzíveis: o problema das organizações sociais em termos étnicos**. In: CARVALHO, Maria R. de et al. (ORGS.) Estudos étnicos e africanos: revisitando questões teóricas e metodológicas. Salvador: EDUFBA, 2014.